

# Com economia de emergência, entendimento será para preservar os empregos

por Marcos Magalhães  
de Brasília

Os cinco dias que restam na contagem regressiva para a guerra ou a paz no golfo Pérsico também podem separar o Brasil — segundo o ministro Jarbas Passarinho, da Justiça — de drásticas medidas de austeridade. Os saltos nos preços do petróleo, que na sua opinião podem atingir de US\$ 60 a US\$ 100 o barril, tornariam mais do que nunca necessária a discussão sobre formas de preservar os empregos e de defender a sociedade da recessão.

“Se houver um conflito de longa duração no Iraque, será inevitável a adoção da economia de guerra no Brasil”, admitiu ontem Passarinho a este jornal, lembrando que o governo já tem pronto um plano de emergência para ser utilizado logo após a eventual eclosão de uma guerra. “Isto acontecerá por causa de uma razão muito simples: graças ao nacionalismo exacerbado, não temos auto-suficiência de petróleo”, acusou.

Entre quase uma dezena de audiências com parlamentares, com os quais procurava ontem ampliar as negociações sobre as votações da temporada extraordinária do Congresso Nacional, o ministro da Justiça já demonstrava preocupações com os efeitos que um conflito aberto no golfo poderiam trazer não só à economia brasileira como à costura de um entendimento político, que passaria pela volta das conversações entre patronos e empregados e pela abertura de uma linha direta com os governadores eleitos.

Ele lembrou a repentina subida de preços do petróleo em 1981 e a recessão que ela provocou, para argumentar que ficará mais difícil o caminho para um acordo. “A guerra seria um fator complicador do entendimento”, disse o ministro, para quem o diálogo entre governo, empresários e trabalhadores encontra-se apenas interrompido. “Se ela ocorrer, mais do que nunca será necessário discutir a garantia do emprego, porque o pior salário é aquele que não se paga”, lembrou.

Passarinho ainda acredita em um entendimento para a votação da medida provisória que estabeleceu novamente a livre negociação salarial. Na sua opinião, o relator da matéria — deputado Tidéi de Lima (PMDB-SP) — já estaria



Jarbas Passarinho

se dando conta de que só haverá acordo se a “natureza da matéria não for agredida”. Em outra frente de trabalho, o ministro começa a preparar o caminho para buscar a adesão de novos governadores às medidas destinadas a sanear a economia.

“Vou tentar sensibilizar os governadores eleitos para que acompanhem as medidas de austeridade que o governo federal adota e proclama adotar, como o corte de despesas não-essenciais e a privatização de empresas estaduais”, adiantou Passarinho, que nas próximas semanas estará iniciando uma rodada de encontros com os eleitos nas últimas eleições.

Todo esse esforço, porém, poderá esbarrar nos problemas gerados pela guerra. Admitindo a perspectiva otimista de uma solução pacífica para a ocupação do Kuwait, o ministro prevê uma situação confortável para o Brasil, com os preços do petróleo caindo até US\$ 15 o barril, por causa dos grandes estoques formados nos últimos meses. Caso o Iraque permaneça em sua atual posição, ao contrário, Passarinho pondera que os efeitos sobre o Brasil passarão a depender da duração do conflito.

“O primeiro mês, segundo nos garante a Petrobrás, será absolutamente tranquilo, mas no segundo já enfrentaremos algum problema”, previu. Embora não queira explicar detalhes do plano de emergência, para evitar a ação de especuladores, o ministro admitiu que será difícil passar sem o rationamento. Depois disso, tudo dependerá do desenrolar do conflito aberto pela intranigência do presidente do Iraque, Saddam Hussein, de quem Passarinho espera qualquer coisa. “Esse insano messiânico não tem o que perder, pois sabe que estará morto se atacar ou recuar”, previu.